

As Empresas Artísticas do Bispo-Conde D. Afonso de Castelo Branco

por António Pimentel

Quem, penetrando no claustro da Sé Velha de Coimbra, se acerca da capela da nave sul, logo encontra, guardado por quatro leões, o túmulo de pedra do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco, que governou a sua diocese entre os anos de 1585 e 1615.

É uma arca sepulcral de calcário, coberta de um largo tampo que, ultrapassando-a, assenta os seus vértices nas cabeças dos leões. Nele se inscreve o escudo de armas do bispo, timbrado de coroa aberta e chapéu de quatro ordens de borlas; é compassado de um leão (de ouro, armado e lampassado de vermelho) sobre fundo liso (de esmalte azul). Inferiormente a este decorativo conjunto heráldico com que D. Afonso sempre assinou todas as suas empresas e iniciativas, num costume quase nunca desmentido, pode ler-se a inscrição latina do seu epitáfio:

VT PARCAE VITAM RAPV
IT DIADEMA SEPVLCHRVM
IN AVLA SI DESIT CAELICA
REGNA TENES:
GRANDAEVI POSTQVAM
COMPLETI NESTORIS ANNOS
DE MISERA IN CAELVM
SEDE TRIUMPHVS ERIT: (1)

Cerca o conjunto, em todo o comprimento do bordo externo, um friso de enrolamento de acantos e nele se lê a data: 1633.

*

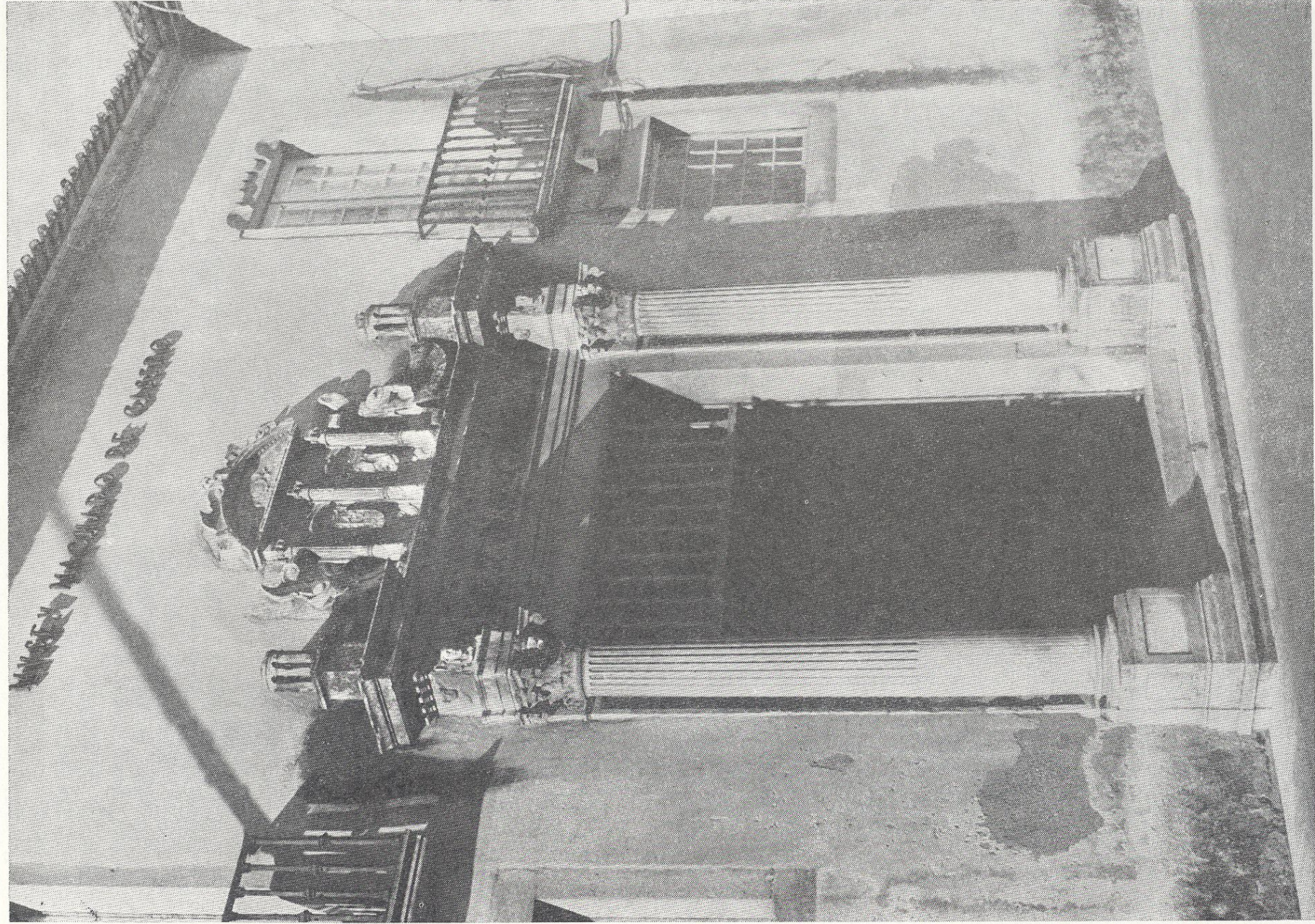
Mas quem era este prelado, que Coimbra recebeu em 25 de Agosto de 1585? (2)

Natural de Santiago do Cacém (3), onde nasceu em 1522, era filho bastardo de D. António de Castelo Branco, que chegou a tomar ordens e foi deão da Capela Real, e neto dos 1.ºs condes de Vila Nova de Portimão (4).

Doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, conseguiu por seus reconhecidos méritos ser admitido como professor no Real Colégio de S. Paulo. Foi também deputado da Mesa de Consciência e Ordens, e comissário da Bula da Santa Cruzada. D. Henrique, o futuro Cardeal-Rei, concedeu-lhe a sua protecção e, quando arcebispo de Évora, nomeou-o arceidiago de Penela e do Bago, na sua arquidiocese e, mais tarde, seu esmoler e capelão-mor (5).

Em 1578 acompanha D. Sebastião a Arzila, integrado na malograda empresa de Alcácer Quibir, como deputado da Mesa de Consciência, seguindo na armada (6).

Um ano depois, morto o Desejado, Portugal, cujo leme estava entregue às débeis e anquilosadas mãos de D. Henrique, debate-se com o grave problema da sucessão dinástica, o penhor da nossa independência. E nas Cortes, que sob a presidência do Cardeal-Rei se reuniram no dia 1 de Abril de 1579, nos Paços da Ribeira, para decidir do destino da Coroa, é D. Afonso de Castelo Branco, esmoler-mor, quem faz o discurso de abertura (7). Trata-se, além de petição a Gregório XIII sobre a dispensa dos votos de D. Henrique, da escolha das pessoas que, caso o Rei falecesse sem herdeiro, assumiriam o governo da nação, bem como da eleição dos juizes que, se o



Portal do antigo Paço Episcopal.

monarca morresse sem nomear sucessor, decidiriam da questão.

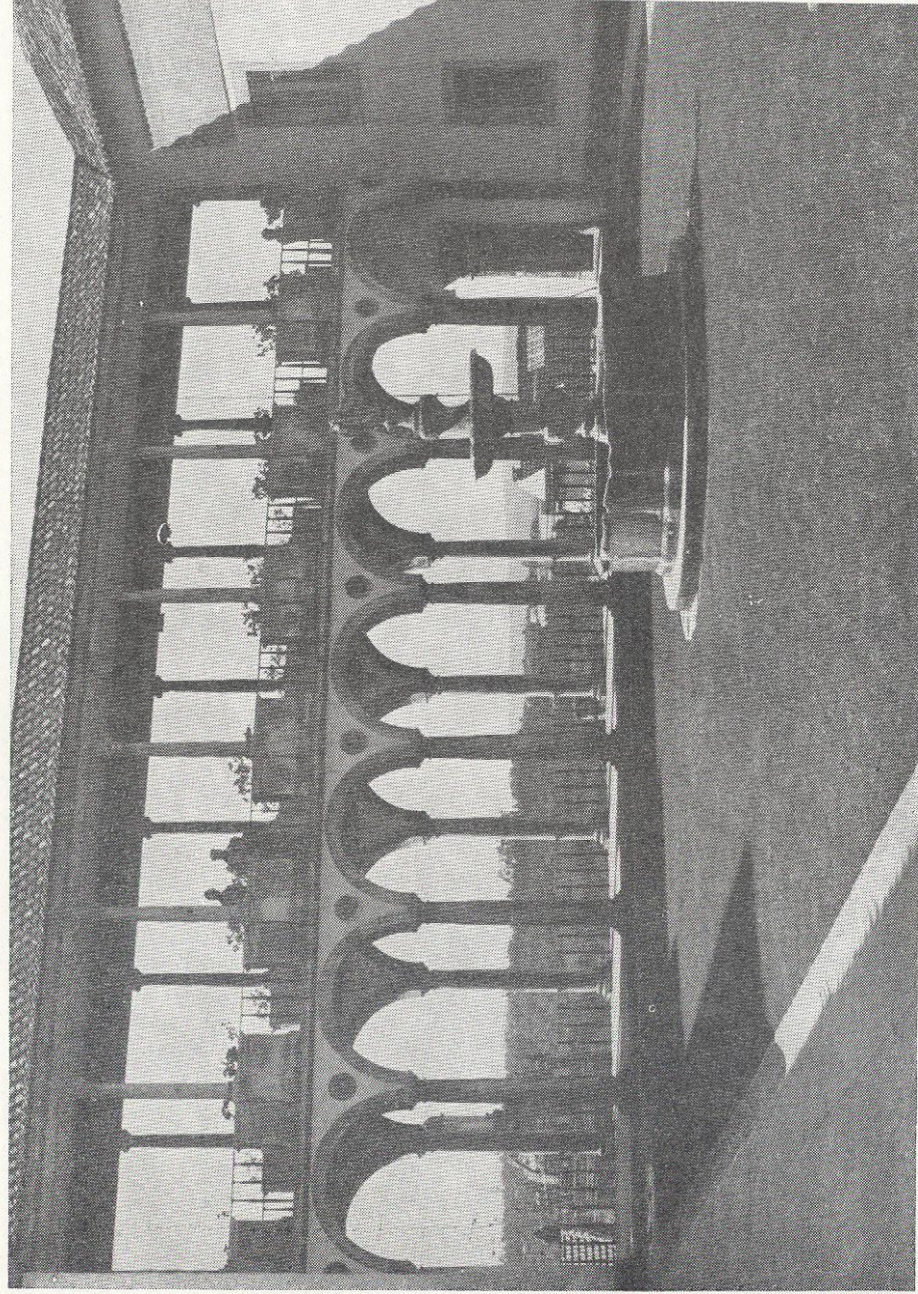
Momento sério e ponderoso. A roda inexorável da História suspendia um instante a sua marcha, para lançar luz sobre esta grave figura de prelado, que começava apenas a entrever a face de fortuna que o iria elevar aos mais altos postos da nação — escada que ele subiu sempre com uma singular dignidade que, pese embora a sua pouca isenção política, nunca deixou de manter na sua invulgar carreira, espalhando benesses e dádivas, por onde o destino o fez passar. Estranho e admirável vulto, autêntico raio de sol, na escura noite que para Portugal representaram 60 anos de domínio estrangeiro.

Nada tendo decidido as Cortes de 1579, de novo se reuniram, desta vez em Almeirim, a 11 de Janeiro de 1580, procedendo-se nos dias imediatos à eleição dos *definidores*, que escolheriam o herdeiro do Trono português. O clero, em número reduzido, decidiu não eleger os seus representantes, e da nobreza saíram, entre outros, o conde de Tentúgal e o comendador-mor de Cristo, ambos reputados partidários da duquesa de Bragança. Face aos protestos que se

levantaram da parte do duque de Ossuna e de Cris-tóvão de Moura, representantes de Filipe II, contra esta eleição, o Cardeal-Rei ordenou que se repetisse, saindo então eleitos o marquês de Vila Real e D. Afonso de Castelo Branco, «*ambos vendidos ao grande corruptor*» (8).

Era certo, porém, que o poder decisivo das Cortes era nulo. Filipe II tinha já traçado o destino do Trono português. A 31 desse mês de Janeiro de 1580, expirava nos seus Paços de Almeirim, o Cardeal-Rei D. Henrique, deixando o mundo sem nomear sucessor; e meses volvidos, a 18 de Junho, Elvas entregava-se às forças do general castelhano Sancho de Ávila, antes mesmo de iniciada a invasão. O breve e atribulado reinado do Prior do Crato, D. António, não lograria tolher o passo ao Rei de Castela, que já em 5 de Dezembro se assenhoreava pessoalmente do seu novo reino, entrando triunfalmente na cidade que mais se apressara a render-lhe vassalagem.

Em 1581, D. Afonso de Castelo Branco, um dos que contribuíram para que o Rei Católico tomasse



Varanda do pátio do Paço Episcopal.

posse da Coroa portuguesa, vê-se provido no bispado do Algarve, funções que exerce durante quatro anos.

É interessante notar que se trata do segundo prelado a usar deste título, sucedendo ao erudito bispo D. Jerónimo Osório (9).

Colocado à cabeça de uma diocese, poderá então D. Afonso dar largas aos seus verdadeiros talentos, cumprindo plenamente o destino que lhe estava reservado: pastor de almas, interessa-se pessoalmente pelos seus fiéis; homem de estado, governa com mão firme os negócios da sua circunscrição e, por fim, mecenas, príncipe da Igreja, favorece e protege as artes e as letras, quer através de generosas subvenções, quer de avultadas encomendas.

Em Faro, construiu o Paço Episcopal e a Misericórdia.

Do Paço, já nada resta, pois o terramoto de 1755 affectou muitíssimo a região. Mas a igreja da Misericórdia, cuja irmandade fundara ainda em 1581, começou a erguer-se em 1583, no local onde outrora se levantava a capela do Espírito Santo.

Admira-se ainda o portal, cujo estilo «*não coincide perfeitamente com a data da fundação, mais parecendo obra do séc. XVII*», timbrado com as armas do bispo, e «*onde se empregaram os belos conglomerados da região*» (10).

*

É no entanto em Coimbra, mitra que lhe foi concedida em 3 de Junho de 1585 (tomando posse a 25 de Agosto, como 41.º bispo e 6.º conde de Arganil (11)), que a sua acção criadora mais se desenvolverá, e onde perdurará a memória das suas obras mais grandiosas.

*

Não era D. Afonso de Castelo Branco uma personalidade vulgar, nem como homem, nem como bispo.

Coelho Gasco (12) deixou-nos uma pitoresca descrição deste prelado, que, a julgar pelos retratos que dele nos ficaram, parece ser bastante realista, ao menos fisicamente:

«*Foi em extremo gracioso na conversação, e muito avisado, e galante, e de grande casa de família, e de nobilíssima condição, e Cortezão em grande maneira. Era homem alto, magro, e direito, de côr morena, tinha hum formoso sinal na face, que muito o formoseava*».

Homem de corte e palaciano — foi dele o primeiro coche que houve em Coimbra (13) —, amante do luxo e do esplendor, como atestam as suas grandiosas edificações, era no entanto com mão verdadeiramente patriarcal que dirigia a sua diocese, sempre disposto a financiar qualquer iniciativa que de

algum modo contribuisse para facilitar a vida aos habitantes da cidade.

Bispo e senhor incontestado, junto dele se acolhia a edildade, se acaso o seu erário não lograva cobrir as despesas das construções públicas. Outorgando-lhe o cognome de bispo-esmoler, a Câmara tomou mesmo o hábito de anualmente, em Domingo de Ramos, apregoar à porta da Sé os benefícios de que o bispo-conde ia cumulando a cidade (14).

Autêntico soberano no seu pequeno território, tomava a seu cargo a segurança dos cidadãos e quando, certa vez, a vila de Buarcos foi assaltada por corsários ingleses, o bispo, que se encontrava em Lavos, mandou ali juntar gente das povoações de Soure, Ega, Pombal, Condeixa e Redinha, para correrem em defesa dos pescadores de Buarcos. Todavia, quando lá chegaram, já os assaltantes tinham fugido, mas não antes de saquearem os habitantes. Sabedor disso, mandou o bispo entregar àquelas gentes valiosas esmolos (15).

Por último, não podemos deixar de vincar a sua grande austeridade moral como bispo e homem de Igreja, que manteve durante toda a sua existência e tentou imprimir à vida da sua diocese; qualidade que, para além das suas discutíveis posições pessoais, numa altura de crise fundamental da nação, lhe grangeou por toda a parte o respeito de quantos com ele conviveram e o impôs à admiração da História.

*

A primeira notícia que nos surge relativa ao governo de D. Afonso de Castelo Branco como bispo de Coimbra, refere-se ao próprio ano de 1585, em que foi provido no bispado, decorrido aproximadamente um mês sobre a sua tomada de posse.

Encontrando-se abandonado o edificio, pertencente hoje ao Asilo da Mendicidade, do Colégio de S. Pedro dos Religiosos Terceiros, que da Rua da Sofia tinham passado para a ala dita de S. Pedro, do Paço das Escolas, o bispo-conde passou, em 24 de Setembro de 1585, provisão no sentido de este ser entregue aos religiosos da Terceira Ordem Regular de S. Francisco, que no ano anterior se tinham estabelecido em Coimbra (16).

São pois no sentido de organizar a sua diocese, os primeiros passos do bispo Castelo Branco.

Nessa intenção reúne em 1591 o Sínodo Diocesano e o faz aprovar as Constituições por ele elaboradas, verdadeira lei fundamental para uso dos religiosos, cuja vida espiritual lhe competia guiar.

Mas não se detinham no plano abstracto da Fé e dos Sacramentos as Constituições do bispo-conde. É francamente interessante verificar quão longe iam na determinação do prelado levar austeridade e

ordem à vida dos párocos e das comunidades religiosas, prevendo os mais severos castigos em caso de relaxamento dos votos.

Depois de, através de sábias medidas de carácter administrativo e legislativo, ter conseguido pôr ordem na vasta casa que lhe incumbia governar, começa D. Afonso de Castelo Branco a sua prodigiosa obra de edificador, distribuindo com pródiga generosidade e magnificência os grossos cabedais que lhe vinham de ser a um tempo, bispo de Coimbra, conde de Arganil e senhor de Coja.

E começa justamente pela reforma dos seus paços, fixada na porta da entrada, no ano de 1592.

Em época anterior, durante o ciclo manuelino, correspondente ao pontificado de outro grande bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, tinha igualmente o Palácio Episcopal sofrido grandes obras de restauro e remodelação, tanto no bloco norte como no sul, isto é, os que enquadram respectivamente à direita e à esquerda a lindíssima varanda que fecha o pátio a poente, e de que adiante falaremos. Daí que, na reforma efectuada por D. Afonso de Castelo Branco, se tenha colocado na porta da entrada do edificio, que a nascente dá acesso ao conjunto das edificações, junto do brasão de armas deste prelado, o de D. Jorge de Almeida, esquadrelado de Almeidas e Silvas, e do mesmo modo se tenha conservado outro do lado interior do referido portal.

Da reforma do bispo-conde Castelo Branco consta a renovação de todo o bloco sul e também obras que decerto faz na ala norte, muito embora nos seja desconhecida a sua amplitude, já que se conservou até ao fim do séc. XIX — data em que o bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina fez novas obras no edificio —, grande parte da reforma manuelina, incluindo mesmo textos de alfarge.

Das edificações datadas de 1592, a mais notável é sem dúvida a *loggia*, elegante varanda ao gosto maneirista, que serviu de ligação entre as duas alas até à reforma de D. João de Melo (1684-1704), donde se admira um belo aspecto da cidade, descendo suavemente a colina da antiga almedina coimbrã, até ao rio, com o pitoresco conjunto dos telhados do casario da alta, envolvendo as ameias românicas da Sé Velha.

Trata-se de uma construção de dois pisos, sendo o térreo composto de arcos de volta inteira levantados sobre colunas toscanas, e o superior de colunas jónicas com dintel; a meio da arquitrave pende, de ambos os lados, o escudo heráldico dos Castelo Branco.

Esta varanda constitui, sem sombra de dúvida, uma obra arquitectónica de valor, necessariamente saída das mãos de um bom mestre, pelo que Reynaldo dos Santos (17) não hesita em inscrevê-lo na lista das

obras do architecto italiano Filipe Terzzi, já por o ano de 1592 se inserir no período coimbrão do artista, já por se não ter conhecimento da existência na cidade ou mesmo no país, nessa época, de outro construtor capaz de levar a cabo semelhante empresa. No entanto, a comparação dos diversos elementos introduzidos na reforma do séc. XVI, nomeadamente o portal, leva a concluir que o seu autor, embora o seu nome nos seja desconhecido, fosse um dos architectos locais então activos.

Incrustada num ângulo da parede sul do pátio, existe ainda uma pequena e curiosa torre sineira encimada por um leão de pedra sustentando o escudo do prelado.

O ano de 1593 traz-nos dois grandes acontecimentos que envolvem o nome de D. Afonso de Castelo Branco: o primeiro está ligado aos frades cruzios e trata-se do lançamento, pelo bispo-conde, da primeira pedra do seu colégio, dedicado a Santo Agostinho (18) e mais conhecido por Colégio Novo, que virá mais tarde a suscitar contendas entre a Mitra e o Mosteiro de Santa Cruz, de que a seu tempo nos ocuparemos. O segundo consiste no começo das grandes obras que o bispo fez na sua Sé Catedral (19).

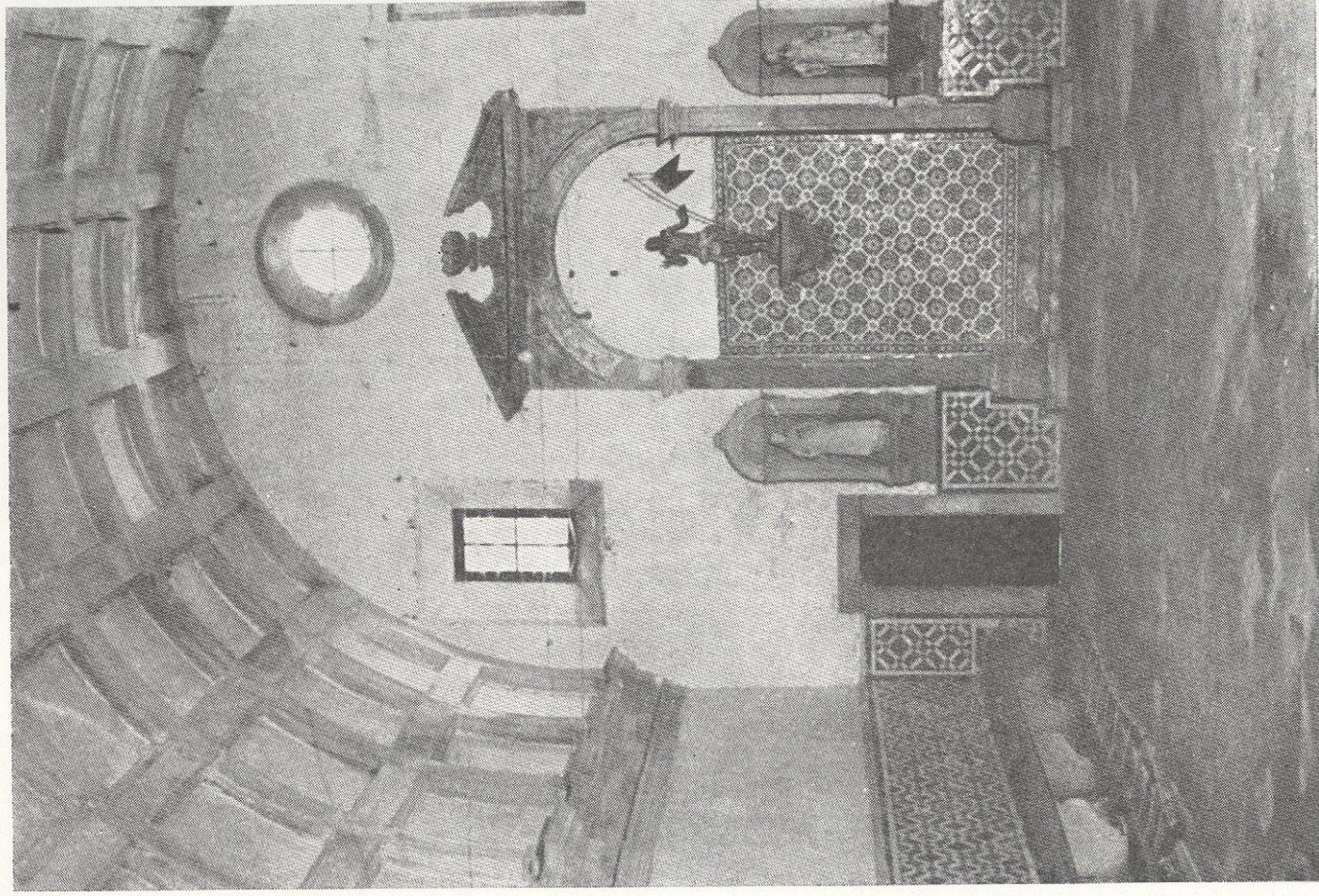
Templo de nobres proporções, jóia do românico português, a Sé Velha de Coimbra foi sendo, ao longo dos tempos, o repositório da vontade engrandecedora de uma longa série de bispos que, nela vendo o reflexo do seu poder e magnificência, a iam enriquecendo e cumulando de toda a espécie de melhoramentos, muitas vezes de grande valor artístico, em que trabalhavam os maiores mestres da época.

Não escapou o bispo D. Afonso à regra, e tão pouco necessitava do exemplo dos seus predecessores para estimular as suas capacidades empreendedoras.

Das construções que efectuou na Sé, a mais modesta é, sem dúvida, a erecção de um chafariz no adro, canalizando a água a partir da feira dos estudantes. Sem que fosse de algum modo notável do ponto de vista artístico, constituiu, no entanto, um valioso serviço prestado àquela zona da cidade, que não tinha água. Como de costume, o bispo-conde colocou na fonte o seu brasão mas, «*considerando-a modestamente como simples dependência do luxuoso adro, que fora obra do seu antecessor D. Jorge de Almeida, colocou à direita do seu escudo, o deste benemérito prelado*» (20).

Entre os anos de 1600 e 1603, desenrolaram-se as obras no coro da Sé, a cargo de mestre Bernardo Coelho, de Lisboa (21). Ampliado para a frente e revestido de madeira de carvalho do norte, em belos apainelados que o cobriam inteiramente, incluindo a abóbada, que fechava com um grande escudo do bispo-conde, esculpido na mesma madeira, o coro devia ter grandeza e elegância de proporções. Foram

Sala Capitular do Convento de Santa Maria de Celas.



também feitos de novo os cadeirais, dispostos em duas ordens de cada lado, compreendendo 32 assentos a ordem superior e outros tantos a inferior, isto é, um total de 64 cadeiras.

De notar que na reforma do coro houve o invulgar cuidado de «previamente encher de alvenaria as arcadas do trifório, sem lhes despedaçar nem mutilar os capitéis, fustes e bases de colunas, que na obra de re-
tauração se encontraram intactos nos seus lugares, dentro da alvenaria. Não houve porém semelhante cuidado com a arcada, que ao fundo atravessava a nave por cima da porta principal, dando comunicação

de um para outro trifório, a qual foi mutilada, arrancando-lhe as duas colunas do centro e fazendo dos três arcos um só, para desobstruir completamente a grande janela», como diz António de Vasconcelos (22).

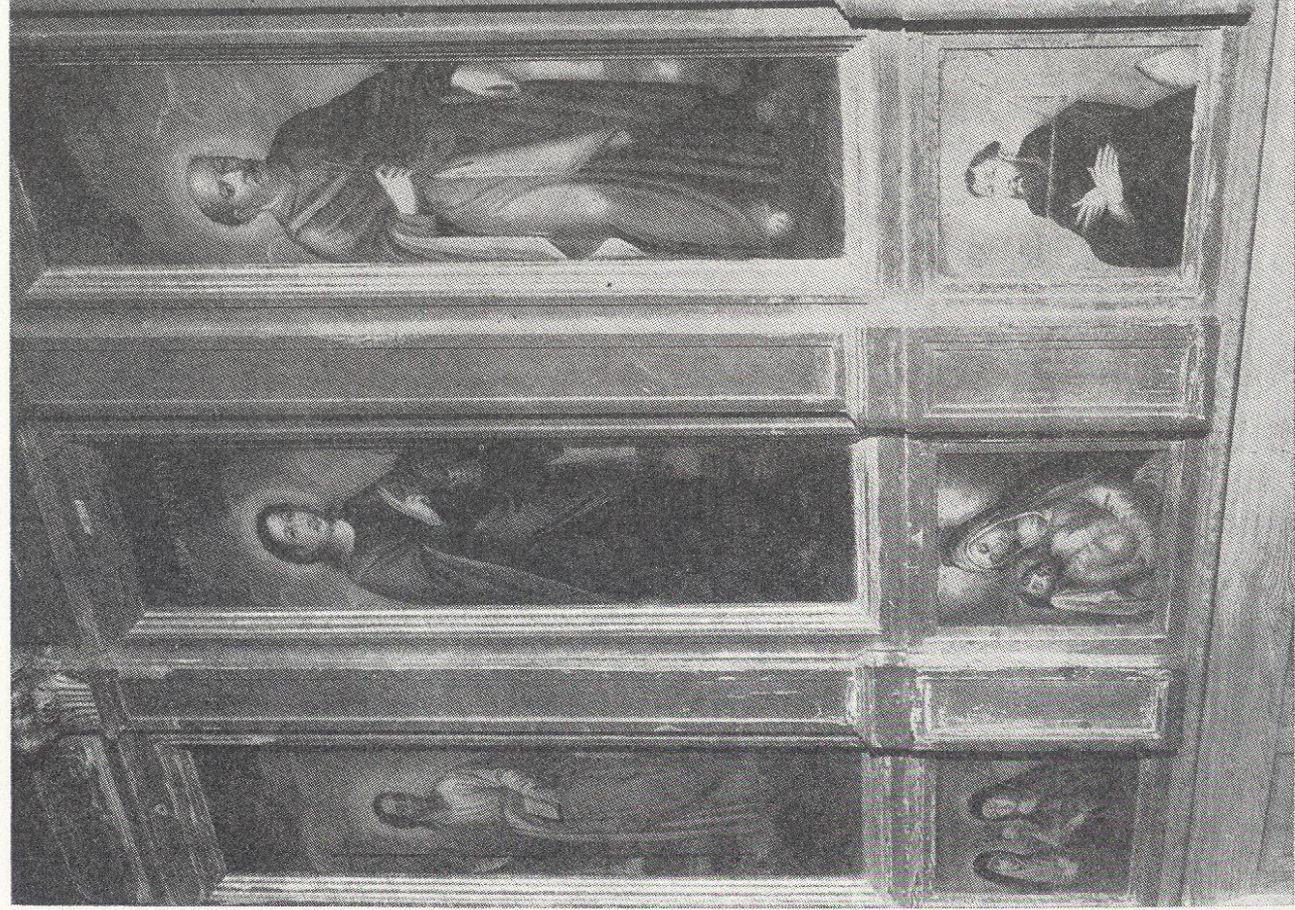
Tal como o coro e o chafariz, também a sacristia teve de ser sacrificada às exigências do restauro da velha catedral. Dela já nada resta, para além de um pequeno corredor, que hoje exerce as suas funções e que constituía um dos topos. A ela se tem acesso através de uma porta timbrada com as armas do bispo-conde, que se encontra entre a capela da Epistola, da invocação do Santíssimo Sacramento, e a

sepultura medieval de D. Tibúrcio. O tecto é de caixotões e a parede da direita é composta de três fundos vãos, abertos entre pilastras. No do meio encontra-se um lindíssimo lavatório de mármore — rosa, branco e negro —, sobrepujado das armas do prelado edificador e do leiteiro: **DÕ AFFÕSO BPO CÕDE / A MANDOV FAZER MDXCVIII**. Mais abaixo, inscrita numa placa de mármore negro, pode ler-se a piedosa legenda: **DA DOMINE VIRTIVTEM MANI-BVS MEIS**.

A sacristia, construída com sumptuosidade, erguia-se atravessada em relação ao templo, a toda a sua largura, ocultando na espessura das suas paredes toda a fachada oriental da Sé, que compreende a

capela-mor e as absides colaterais. A abóbada de pedra fechava de novo com o escudo de armas episcopal, e nas quatro paredes que a formavam, segundo uma *Descrição da Catedral de Coimbra e da sua Crasta*, enviada pelos cônegos do Cabido à Academia Real de História, nos finais do séc. XVIII (23), rasgavam-se quatro nichos que albergavam as estátuas, em tamanho quase natural, dos Doutores da Igreja — imagens que se encontram, bem como a pedra de armas da abóbada, no Museu Machado de Castro.

Com a destruição da sacristia, na sua quase totalidade, a sua fachada recuou para a linha média da abside da capela do Sacramento. Mantém, no



Pinturas do cadeiral do Convento de Santa Ana de Coimbra, hoje na Igreja Paroquial de Oia.

entanto, a marca usual do mecenas artístico do bispo-conde — a sua pedra de armas — e a data de 1593.

Mas não ficou por aqui a munificência do bispo-conde Castelo Branco. Ao longo da sua vida, foi doando à Sé toda a sorte de alfaías preciosas, para uso do Cabido, para servirem nas funções pontificais, ou simplesmente integrarem o tesouro catedralício, como é o caso de uma cruz peitoral (24), ou de um diadema de ouro, guarnecido de pedraria do Ceilão, que ofereceu em 1598 (25). Também no seu testamento o benemérito prelado não esqueceu a sua Sé, através de um magnífico legado de importantes peças (26), o mesmo fazendo em relação ao Algarve (27), onde, como acima ficou dito, tivera igualmente cadeira episcopal, entre os anos de 1581 e 1585.

Infelizmente, quase todas as peças de ourivesaria doadas pelo bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco à Sé foram derretidas e reempregada a sua prata em tempos posteriores, ou desapareceram sem deixar rasto, com o rolar dos séculos. Quanto a alcatifas, paramentos diversos, missais, etc. (28), se alguma coisa ainda existe, é de difícil identificação, dada a falta de inventários coevos. Pode, no entanto, admittar-se ainda, no Museu de Machado de Castro, um turbibulo esférico, de prata dourada, de formas simples, assentando numa trempe independente (29).

1594 e os anos seguintes, marcam o início das obras que o bispo-conde custeou no importante Mosteiro das Religiosas Cistercienses de Santa Maria de Celas, e que se realizaram durante o abadesado de D. Helena de Noronha (1576-1615). Nesse mesmo ano mandou D. Afonso fazer o coro, cujo cadeiral é de mestre Gaspar Coelho, e que lhe importou em 6.000 cruzados. Fez também as hospedarias e o dormitório novo, cuja construção teve início em 8 de Fevereiro de 1612 (30), em que gastou 17.000 cruzados, e onde hoje se acha o Sanatório de Celas, depois de ter sido ocupado, no seguimento da supressão dos conventos, por um asilo de cegos. A sua iniciativa se deve também a construção de um chafariz no claustro, que lhe ficou em 2.000\$000 reis (31).

O tanque de pedra que hoje ocupa o centro do claustro foi reedificado por D. Teresa Luisa Rangel em 1761 (32), como esclarece uma inscrição no local. Assim sendo, é difícil saberemos o que resta, se algo ainda resta, do chafariz do bispo-conde.

A 7 de Agosto de 1598, lançou a primeira pedra da igreja que a Companhia de Jesus levantava junto ao largo da feira dos estudantes, e que viria a ser a Sé Nova (33).

Na Capela de S. Miguel, da Universidade, encontra-se um conjunto de quadros de carácter oficial

que, segundo Joaquim Martins de Carvalho (34), teriam sido oferecidos pelo bispo aos Jesuítas. São eles 8 telas representativas da *Vida de Tobias*, que se expõem no coro. Da mesma proveniência, existe no arquivo da Biblioteca Geral da Universidade, uma grande *Visitação*, e há igualmente notícia de que teriam estado na capela três pequenas cenas da *Paixão*, que haviam integrado o mesmo lote; foi-nos, no entanto, impossível detectar a sua actual localização.

A razão da existência destas pinturas na Universidade, deve-se ao facto de esta ter servido de depósito de quadros, em consequência da supressão das ordens religiosas.

Entretanto, a peste, flagelo usual naquela época em que as normas elementares da hygiene eram habitualmente descuidadas, assolou a região de Coimbra durante o ano de 1599.

D. Afonso, preocupado como sempre, com as condições de vida do seu rebanho espiritual, organizou, entre as diversas congregações religiosas da diocese, a assistência às vítimas da epidemia, e contribuiu com 60\$000 reis por mês, para a enfermaria improvisada em S. Sebastião, nas imediações de Santo António dos Olivais (35).

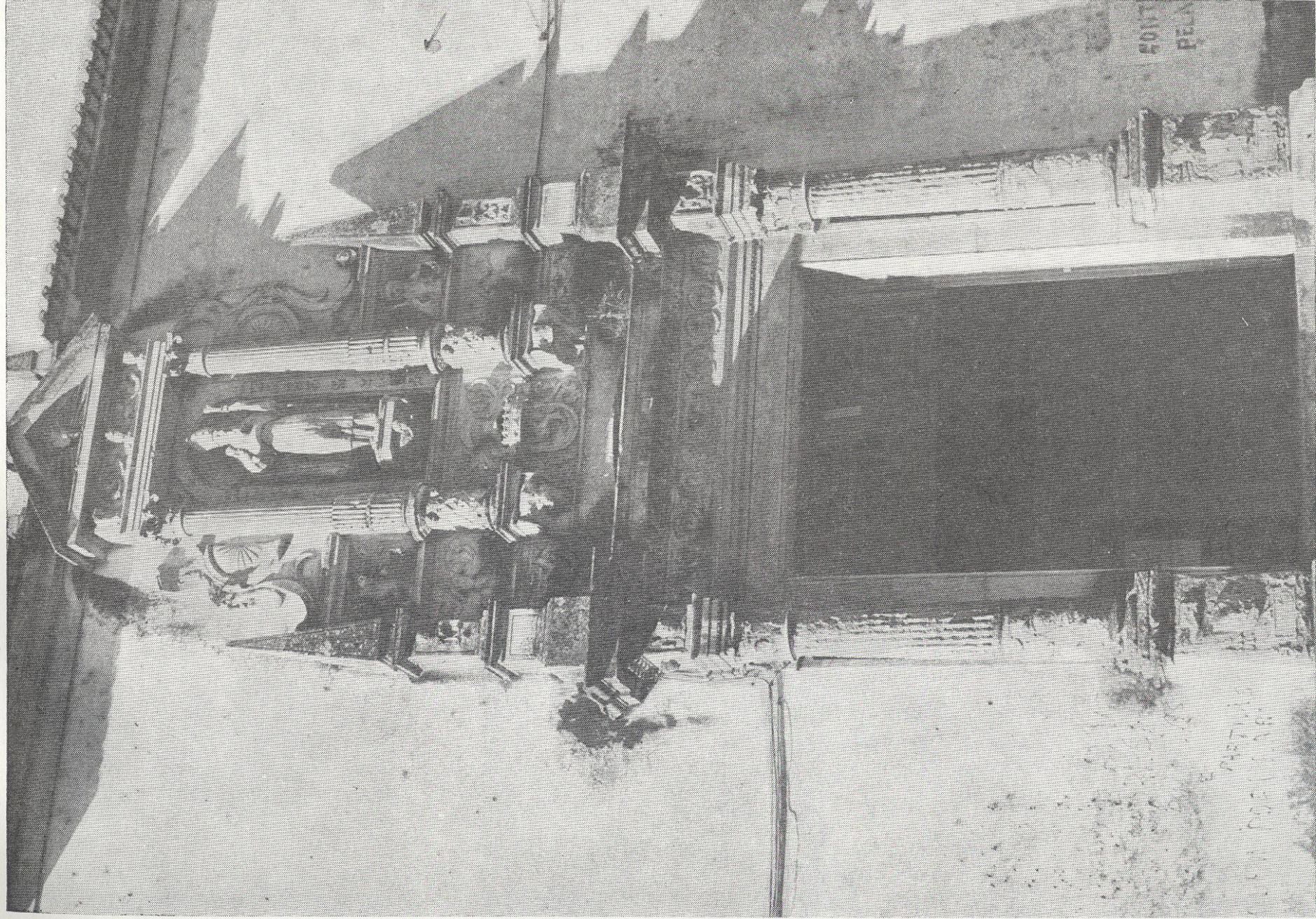
A 23 de Junho de 1600, lançou o bispo-conde a primeira pedra do sumptuoso Convento dos Eremitas de Santo Agostinho e Santa Ana, próximo do Jardim Botânico, no sítio conhecido pelo nome de Eira das Patas, que já tinha sido adquirido em tempo dos seus antecessores (36), para albergar as freiras de São Marinho do Bispo. Na passagem de casa, as religiosas deixaram de ser cónegas regrantas de Santo Agostinho, para fixarem eremitas de Santo Agostinho. Já em 1599 a cerca se achava começada, pois que dela fizeram lazareto, para acomodar forasteiros pobres, durante a peste que vitimou a cidade.

Ficou padroeiro do mosteiro, como diz uma inscrição no portal, D. Duarte de Castelo Branco, conde do Sabugal, Meirinho-Mor e primo de D. Afonso.

D. Duarte, um dos fidalgos vendidos a Castela, era o Vedor da Fazenda que, na madrugada de 27 de Junho de 1580, embarcou em Setúbal, rumo a Aiamonte, na companhia dos governadores do reino, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá, Diogo Lopes de Sousa e mais gentis-homens partidários do Rei Católico, após ter lançado mão a quanto dinheiro pôde reunir e a valiosas jóias da Coroa (37).

Gastaram-se na obra nove anos e meio — como esclarece outro letreiro —, entrando as religiosas no novo convento a 13 de Fevereiro de 1610.

Foi intenção do prelado fundir numa só comunidade as religiosas de Santa Ana e as de Santa Maria



Portal do Convento de Santa Ana. Actualmente no Museu Machado de Castro.

de Semide, que eram beneditinas, tendo mesmo alcançado em 1606 uma bula de Paulo V, para a extinção deste mosteiro e sua união ao novo (38).

Encerrado o mosteiro de Semide, chegaram as religiosas a ingressar no de Santa Ana, o que fizeram com grande aparato (39); mas a união foi efêmera, tendo apenas durado de 20 de Fevereiro a 12 de Março de 1610, regressando em seguida ao seu convento, e sendo-lhes ratificado o regresso por provisão do bispo-conde de 14 de Abril do mesmo ano (40).

Foi neste grandioso mosteiro, que lhe custou mais de cento e vinte mil cruzados (41), que D. Afonso de Castelo Branco quis ser sepultado. O seu túmulo, porém, encontra-se hoje, como vimos, na Sé Velha, para onde foi trasladado a 7 de Janeiro de 1908, por motivo da demolição da igreja, ao serem feitas as obras de adaptação a quartel, e o letrado que se encontrava junto ao mesmo foi recolhido ao Museu Machado de Castro.

Para lá seguiram igualmente os portais, sendo aplicados à Igreja de São João de Almedina e ao próprio edifício do Museu, e para a igreja paroquial de Oiã, na freguesia de Oliveira do Bairro, foram os cadeirais, de espaldares pintados e o altar-mor de talha barroca que é já posterior ao mecenato do bispo-conde.

Em 1600 — contaria então 78 anos —, começou o bispo o achar que a idade lhe pesava. Decidiu, por isso, nomear um coadjutor, recaindo a escolha em D. Frei Ângelo Pereira, que Clemente VIII confirmou em 14 de Maio do mesmo ano, agradecendo-o simultaneamente com o título de bispo de Martíria (42).

1600 é também o ano do primeiro conflito de D. Afonso com o Dom Abade e os frades de Santa Cruz, que teve a sua origem na construção do atrás falado Colégio de Santo Agostinho, ou Colégio Novo, como ficou conhecido.

Para concluir o referido colégio, os cruzistas tomaram «*uma rua toda de casas*» (43), situadas na freguesia da Sé, com o que esta é, por consequência, o Cabido, ficavam gravemente prejudicados. Solicitaram assim ao Mosteiro, que lhes cedesse igual número de casas na freguesia de Santa Cruz. A questão arrastou-se, terminando os frades por ceder aos cônegos um lugar que tinham na Beira, ficando com a referida rua e suas casas.

Ao que parece, o idoso prelado continuava cheio de vitalidade, trabalhando intensamente durante os quinze anos que lhe iriam ainda restar de vida.

Enquanto se ia submergindo nas areias do Mondego o antigo Convento de S. Francisco, iniciou-se em 1602 a construção do novo edifício, lançando o bispo-conde a primeira pedra no dia 2 de Maio,

como dizia o letrado de uma pedra que existiu no átrio e confirmam os que ainda existem nas vergas das portas laterais.

Como a ordem era mendicante, um alvará de 28 de Outubro desse ano concedia-lhes autorização para mandarem pedir esmola por todo o país, para ajudar à construção da nova casa.

A 29 de Novembro de 1609 entraram os frades no mosteiro (44), tendo dirigido as obras do novo edifício — como se sabe por um *Auto de Avaliação do que ficara do Velho Convento de S. Francisco*, datado de 7 de Outubro de 1610, elaborado quando se lavrava um *Livro de Receita e Despesa da Ponte de Coimbra*, que então se lançava sob as ordens de Francisco Fernandes — Isidro Manuel, pedreiro, mestre construtor que havia de ter grande importância durante a primeira metade da centúria, como mestre das obras do Cabido da Sé e da Universidade, onde levantou, entre outras, a Porta Férrea, entrada nobre do terreiro do Paço das Escolas (45).

Em 1603 tratava-se da transferência de uma relíquia de S. Teotónio para Viseu. Nesse sentido deslocaram-se a Coimbra no dia 8 de Fevereiro os cônegos António Moreira e Baltazar Estaço, realizando-se a cerimónia com grande pompa litúrgica, na igreja de Santa Cruz, em presença de D. Afonso de Castelo Branco, bispo-conde, do reitor da Universidade, D. Afonso Furtado de Mendonça, que lhe veio a suceder na Sé, dos inquisidores Rui Pires da Veiga, Jerónimo Teixeira e Diogo Vaz Pereira, e do geral do Mosteiro, D. Lourenço Soares, todos ricamente paramentados, seguindo a relíquia para Viseu em brilhante e piedoso cortejo (46).

Mas não terminou em Coimbra, o bispo-conde, esse ano de 1603. O Rei Católico, Filipe III, nomeia-o Vice-Rei de Portugal, começando a exercer o cargo a 22 de Agosto desse ano. Quase de seguida, a 22 de Maio de 1604, Clemente VIII concede-lhe, através do breve *Exponi Nuper* (47), «*que possa intervir nas causas criminaes, votar nelas e fazê-las executar*» (48).

Mas a vida pacata de Coimbra, onde tinha já feito uma grande obra e onde era querido, devia seduzir mais o prelado que a magnificência dos Paços da Ribeira. É de crer, com efeito, que o sortilégio da cidade do Mondego tivesse conquistado o velho bispo, cuja idade ia já adiantada, e que este, num período de intensa perturbação nacional, mais ansiasse por uma velhice quieta e festejada no seu pequeno burgo, que o bulício de Lisboa, «*terra de muitas e desvairadas gentes*», ou mesmo o arcebispoado de Évora (49), cuja mitra lhe chegou a ser oferecida.

É assim que larga o governo do reino no dia 26 de Dezembro de 1604, «*dizendo com apostólica liberdade*.

que governasse *El-Rei de Castela os seus leões, que elle queria apascentar as suas ovelhas*» (50) e, de regresso a Coimbra, distribuiu pelas ordens pobres 8.000 cruzados dos seus rendimentos de Vice-Rei.

Mas não tinham ainda decorrido quatro meses, quando estala novo conflito com os cruzados, desta vez em consequência da eleição do D. Abade.

Terminara em Abril de 1605 o triénio de governo para que fora eleito Prior de Santa Cruz, D. Lourenço Soares, o mesmo que vimos presidir às cerimónias de S. Teotónio.

Reuniu-se o Capítulo Geral da ordem, com a presença dos priores das mais importantes casas, no velho mosteiro, a fim de eleger o novo abade, quando D. Afonso de Castelo Branco os mandou notificar de que possuía um breve de Clemente VIII, em que lhe era outorgado o direito de presidir ao Capítulo, e onde era fixada a regra de, a partir de então, não poder ser eleito religioso algum, sem que se respeitasse um intervalo de seis anos.

O padre D. Acúrsio, reitor do Colégio de Santo Agostinho, que superintendia a assembleia dos priores, tivera já noticia desse breve; mas soubera igualmente (tal como o bispo), que o soberano pontífice falecera. Auscultando a opinião dos lentes da Universidade, havia chegado à conclusão de que o breve, morto o Papa que o passara, perdera a validade. Apresentando este ponto de vista ao colégio dos religiosos, concordaram alguns, sendo outros de parecer que, mesmo em face da morte do Santo Padre, a parte do breve apostólico que se referia ao prazo a respeitar em caso de reeleição, continuava válida. No entanto, para agradar a D. Acúrsio (51), convieram em que se ignorasse a vontade pontifícia e, em 24 de Abril de 1605, elegeram o seu abade, recaíndo a escolha no próprio reitor de Santo Agostinho, que já antes occupara o cargo, e sem respeitar a regra dos seis anos.

Nessa altura, o bispo foi em pessoa ao Mosteiro, ordenando que lhe abrissem e o recebessem como Visitador. Gerou-se então uma pitoresca e curiosa situação: annunciando a visita do prelado, começaram os sinos a repicar em sinal de júbilo, acompanhados pelo portentoso som do órgão. Mas fizeram-no com tal força que foi impossível a D. Afonso fazer-se ouvir, e debalde os seus notários apostólicos tentaram ler o breve pontifício.

Não teve o bispo-conde outro remédio senão sair do convento em grande fúria e mandar afixar pela cidade as excomunições com que castigou a extraordinária recepção do D. Abade.

Chegou a este ponto o dissídio entre a Mitra e o Mosteiro.

O conflito agravou-se, sendo o Rei Católico, que então estava em Valhadolid, obrigado a intervir,

escrevendo ao bispo-conde uma carta, com data de 27 de Agosto, aconselhando o prelado a desistir da execução do breve, mas sem se referir especificamente à questão do lapso dos seis anos.

Frei Nicolau de Santa Maria não conta se ao mosteiro chegaram igualmente ordens da Corte; no entanto, logo que o bispo avisa o D. Abade da sua desistência, este apressa-se a comunicar ao Capítulo a sua vontade de observar o prazo estabelecido pelo Pontífice, desistindo, em conformidade, do cargo para que fora eleito, e convocando novo conclave para o dia 14 de Outubro desse ano de 1605, donde saiu eleito D. Bernardo da Piedade.

No ano seguinte, a 11 de Outubro, lançou o bispo-conde a primeira pedra do Colégio de S. José dos Marianos, no sítio chamado de Genicoca, junto ao Jardim Botânico, em terrenos oferecidos por Cris-tóvão de Sá. Pertencia a instituição aos carmelitas descalços que, possuindo já um colégio de artes em Cascais, decidiram fundar o teológico em Coimbra, ficando provisoriamente instalados nas casas do conde de Portalegre, à Estrela (52), em 18 de Junho de 1603 (53).

Entraram os religiosos com o seu reitor, Frei António do Sacramento, para o novo edificio, a 31 de Agosto de 1608.

Foi D. Afonso de Castelo Branco um dos que mais se interessaram pelo processo de canonização da esposa de D. Dinis, D. Isabel de Aragão, que a piedade popular vinha há muito baptizando de Rainha Santa.

Jazia a soberana no convento de Santa Clara, na margem esquerda do Mondego e em Roma corriam já longas as diligências para a sua beatificação. Nesse sentido enviou o bispo-conde 30.000 cruzados (54), para ocorrer às necessárias despesas.

Em 1612 encomendou o prelado uma magnífica urna de prata e cristal, que lhe importou em 20.000 cruzados, para nela serem depositadas as relíquias da Rainha.

É uma sumptuosa peça de ourivesaria, de grande qualidade artística, devendo ter sido fabricada em Coimbra.

«*Tem nos frontais quatro pares de colunas corintias — como diz o Prof. Nogueira Gonçalves (55) —, lavradas de tarjas, e nos faciais dois; abrindo-se nos espaços intermédios grandes rectângulos, fechados de vidros; a tampa recorta-se de rótulos com vidros. Toda a prata é levemente repuxada e com um cinzelamento próprio*».

Não chegou, no entanto, D. Afonso, a ver utilizado o caixão que encomendara. Quando tratava dos preparativos para a mudança solene do corpo

da Rainha Santa, do túmulo gótico para este, caiu doente, falecendo pouco depois. Só mais tarde, quando as freiras se mudaram para o convento novo, se fez a transladação.

Nesse ano de 1612, a 26 de Março (56), fora pela primeira vez aberto o sepulcro real para ver o estado em que se encontrava o corpo, preliminar absolutamente necessário no processo canónico, tendo assistido ao acto o bispo-conde, o bispo de Leiria, D. Martin Afonso Mexia, o padre mestre Francisco Soares, Francisco Vaz Pinto, desembargador do Paço e o Dr. João de Carvalho, como deputados com autoridade apostólica, o padre jesuíta João Delgado, e ainda numerosas pessoas, entre as quais o licenciado Manuel Martins, que sobre o sucedido deixou uma curiosa e interessante carta.

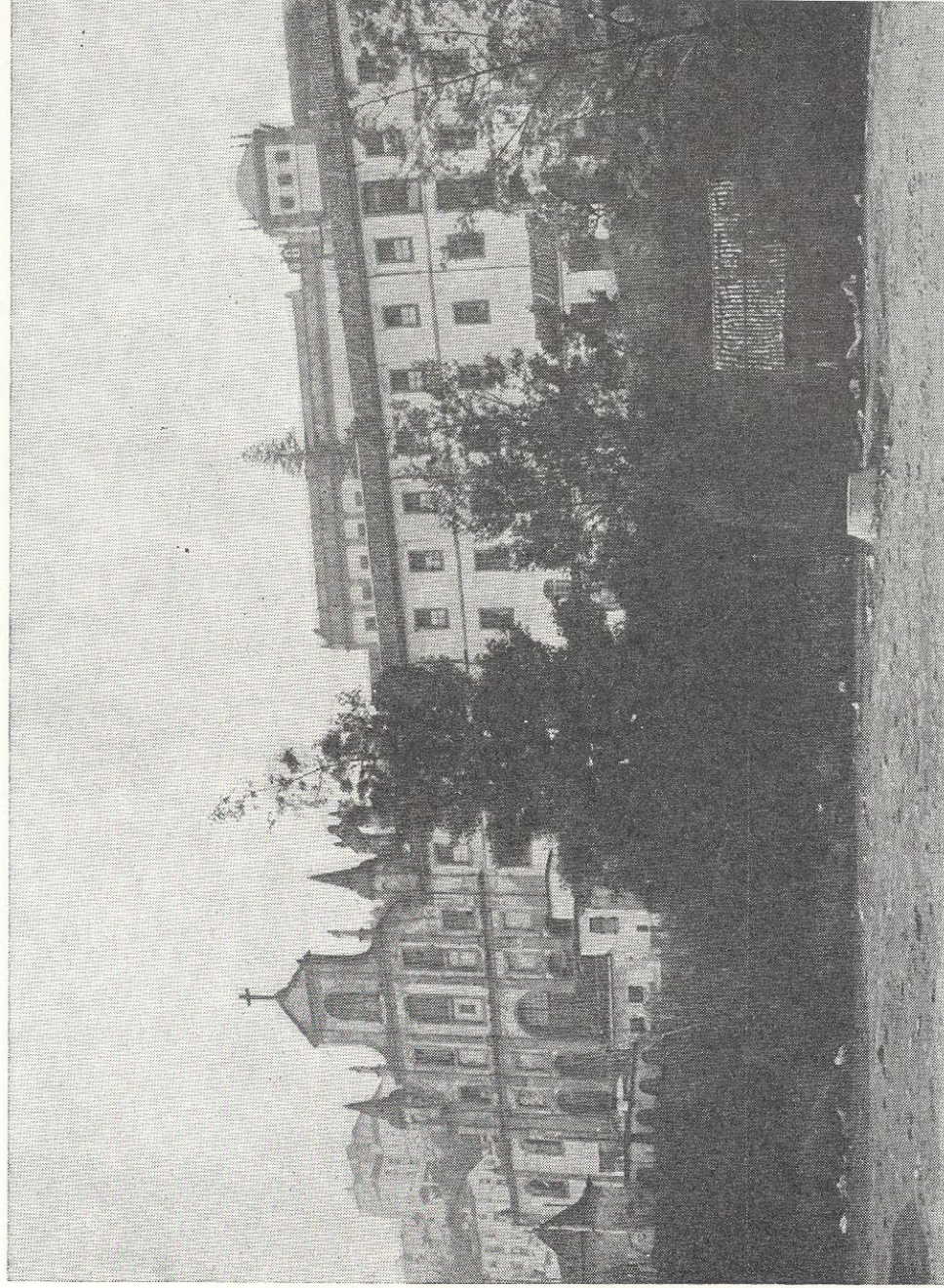
Para albergar o precioso ataúde, destinado ao corpo da Rainha, mandou o bispo edificar no coro alto do mosteiro, sob o arco da nave da Epístola, outro arco, largo e rebaixado, com duas faces e decoração típica da fase final da renascença coimbrã, que ostenta num dos lados o seguinte letreiro:

D. A.º DE CASTEL. BRANCO. B(ISO)PO DE COIMBRA
FES. ESTA. OBRA. A SVA CVSTA. E BENZEO:
ESTA
PEDRA. A. 8- DE AGOSTO DE. 1613. ANOS.-

Foi esta a última obra do bispo-conde D. Afonso. Menos de dois anos decorridos, a 12 de Maio de 1615, morria o velho prelado, depois de ter atingido a proVecta idade de noventa e três anos.

Assim se cumpriram os «anos de Nestor», do epítáfio do seu túmulo. Como o velho Rei de Pilos, a longa vida do bispo-esmoler foi gasta na aquisição dessa sabedoria que o fez afastar-se, progressivamente, do mundo, recolhendo-se na sua pacata cidade episcopal e universitária de Coimbra, e daqui acudindo a quantos ele sentia carecidos de meios para realizarem a sua obra.

Grande figura de senhor eclesiástico, produto de uma mentalidade *moderna*, humanista e renascentista, gerada no *Quattrocento* italiano, que se traduziu num



Convento novo de S. Francisco.



S. José dos Marianos. Aspecto do antigo edifício, embora esteja muito remodelado.

ideal político em que o poder do *Príncipe* se aferia pela grandeza das suas edificações e do protectorado que exercia sobre os artistas do seu tempo, a ele ficou devendo o Maneirismo coimbrão o patrocínio de numerosas obras e se, de facto, a cidade foi alvo durante a época filipina de um importante surto construtor — de que são exemplo a já citada Porta Férrea e a Sacristia de Santa Cruz — foi D. Afonso, sem dúvida, um dos seus principais agentes, estendendo o seu inesgotável mecenato muito para além dos que com ele privaram e ultrapassando mesmo as fronteiras da sua diocese e do país.

Decerto ajudou muitos estudantes em apuros financeiros a alcançarem a formatura, mas o que iria ficar na História foi o auxílio que prestou a variados homens de letras, financiando a impressão das suas obras, como foi o caso de D. Diogo Soares de Santa Maria, bispo sagiense em França, de Lipomano em Itália, ou dos 20.000 cruzados que enviou ao cardeal César Barônio, para a edição dos *Anais Eclesiásticos*, que o prelado agradeceu mas não aceitou (57).

Por sua morte, deixou um importante legado à

Câmara, para reparação das calçadas, contemplando igualmente a Misericórdia com avultados rendimentos; à Cúria Romana enviou ainda 15.000 cruzados para obras pias (58).

Não foi pequena a estatura da personalidade do bispo D. Afonso de Castelo Branco. Se algumas das posições que tomou, nomeadamente no campo político, de nítida parcialidade para com Castela, podem ser tidas por menos curiais, a grandeza da sua dimensão humana e o impulso criador que o movia, numa época de apatia geral em que a nobreza e o clero viviam mais preocupados com interesses pessoais que com o ameaçado destino do reino, grangearam-lhe, desde cedo, e para sempre, o apreço e a adesão do povo; e esse, porque não tinha empenhos, não conhecia também parcialidades.

(1) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 19b.

O Prof. Nogueira Gonçalves fez gentilmente a tradução do texto latino da inscrição sepulcral, acrescentando que teve

de «fazer uma tradução um pouco livre, para dar bem o sentido de epitáfio», que é o seguinte:

*Assim como as Parcas (lhe fizeram) à vida
O sepulcro arrebatou-lhe o alto cargo (a mitra).*

*(porém) Se no palácio faltou (ou faltaste)
Possuis o reino celeste.*

*Depois que completaste os anos
Da grande idade de Nestor,*

*Em lugar desta mesquinha marcha (a vida terrena)
Obterás a glória celeste (o triunfo nos céus).*

(2) Sobre este bispo, existe na Biblioteca Municipal de Évora um curioso manuscrito de cuja existência dá notícia A. Filipe Simões, num artigo intitulado *As Excelências da Cidade de Coimbra. Excerto de um Livro Inédito do Séc. XVII*, publicado na secção *Folhetim d'O Conimbricense*, n.º 1001, 10.º Ano, 1863. Trata-se de uma obra intitulada *Vida e Obra do Herói D. Afonso de Castelo Branco, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil e Senhor de Coja, Governador destes Reinos em Tempo dos Filipes*, e é seu autor João de Almeida Soares.

Dividida em 23 discursos ou capítulos, precedidos de um prólogo, toda a dissertação é composta, segundo Filipe Simões e nós próprios pudemos constatar através de alguns passos que ele transcreveu, num estilo enfadonho, apologético e laudatório, nada agradável; é, no entanto, susceptível de fornecer algumas notícias curiosas acerca da personalidade e obra do bispo-conde.

(3) Fortunato de Almeida, na sua *História da Igreja em Portugal*, Tomo II, p. 606, di-lo «natural de Lisboa», mas Martins Zúquete, na *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 302, e a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, que nele foi beber a sua ciência, conferem-lhe naturalidade estremenha, de Santiago do Cacém, onde teria nascido algures, durante o ano de 1522.

(4) Martins Zúquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II, p. 302.

(5) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, Tomo II, p. 655.

(6) J. M. de Queiroz Veloso, in Damião Peres, *História de Portugal*, vol. V, p. 140.

(7) Idem, *ibidem*, p. 186.

(8) Idem, *ibidem*, p. 198.

(9) Maria Helena Mendes Pinto e Victor Mendes Pinto, *As Misericórdias do Algarve*, p. 21.

(10) Idem, *ibidem*.

(11) Martins Zúquete, *ob. cit.*, vol. II, p. 302.

(12) Coelho Gasco, *Conquista, Antiguidade, e Nobreza... de Coimbra*, cap. XX, p. 144.

(13) Borges de Figueiredo, *Coimbra Antiga e Moderna*, p. 160.

(14) Idem, *ibidem*.

(15) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, Tomo II, p. 607; Martins Zúquete, *ob. cit.*, vol. II, p. 302; Joaquim Martins de Carvalho, *O Conimbricense*, n.º 1325, 9 de Outubro de 1866.

(16) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 152a.

(17) *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, p. 198.

(18) Martins de Carvalho, *O Conimbricense*, n.º 1325, 9 de Outubro de 1866.

(19) Diz Simões de Castro no seu *Guia Histórico do Viajante em Coimbra e Arredores*, ps. 202/203: «Deve-se a fábrica da sachristia ao bispo D. Afonso de Castello Branco, que nesta obra, na do coro, e em outras que fez na sé gastou noventa e sete mil cruzados».

(20) António de Vasconcelos, *Sé Velha de Coimbra*, I vol., p. 191.

(21) O cônego Prudêncio Quintino Garcia, na sua obra

Documentos para as Biografias dos Artistas de Coimbra, dá-nos notícia de duas ordens de pagamento a mestre Bernardo Coelho, por conta das obras do coro:

«n.º 104

11 de Agosto de 1600

Bernardo Coelho — obra do coro da Sé Velha de Coimbra

Obra do Coro — Aos 11 de Agosto de 1600, tratando-se sobre a obra do coro, e texto, se assentou se mandasse chamar Bernardo Coelho, morador em Lixboa, para effeito de se trata, com elle, e não havendo effeito o conceito entre elle e o cabido se lhe pagase a uinda e tornada de seu caminho uinte cruzados à custa da obra ou de quem pertencer, e pera lembrança mandarão fazer este accordo dia mes e anno ut supra, Salvador de Sousa.

P. 173

Liv. 7 do accord. do Cab. da Sé de C., fl. 152 v.º

«n.º 185

Julho e Dezembro de 1603

Bernardo Coelho — obra do coro da Sé Velha

Deu a bernardo coelho por mandado do Cabido 325000 rs. por laurar as cadeiras do choro que era fora da sua obrigação — XX Xij rs.

... ..

... ..

Deu a Bernardo Coelho 26\$000 rs. por mandado do Cabido, das demasias que diz fez na cornicha de que deu assignado — xxbi rs.

Liv. da Obra. fl. 57 v.º e 61 v.º»

p. 278

(22) *Ob. cit.*, I vol., p. 191/192.

(23) Idem, *ibidem*, I vol., p. 468.

(24) A. Nogueira Gonçalves, *As Pratas da Sé de Coimbra no Século XVII*, 4. — 67.

(25) Idem, *ibidem*, 3. — 60.

(26) Idem, *ibidem*, p. 65 e sgs.

(27) Idem, *ibidem*, ps. 69/70.

(28) Prudêncio Quintino Garcia, *Alguns Subsídios para a Catalogação dos objectos expostos no Museu da Sé Cathedral de Coimbra*, «*Instituições Christãs*», Ano X.

(29) A. Nogueira Gonçalves, *Catálogo-Guia da Secção de Ourivesaria do Museu Machado de Castro*, n.º 192.

(30) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, ps. 63a e 71b; Simões de Castro, *ob. cit.*, ps. 131/132, diz que as obras do dormitório novo se iniciaram a 28 de Fevereiro.

(31) Simões de Castro, *ob. cit.*

(32) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 69b.

(33) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, Tomo II, p. 607 e Martins de Carvalho, *O Conimbricense*, n.º 1325, 9 de Outubro de 1866.

(34) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 105b.

(35) Martins de Carvalho, *ob. cit.*

(36) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 89a.

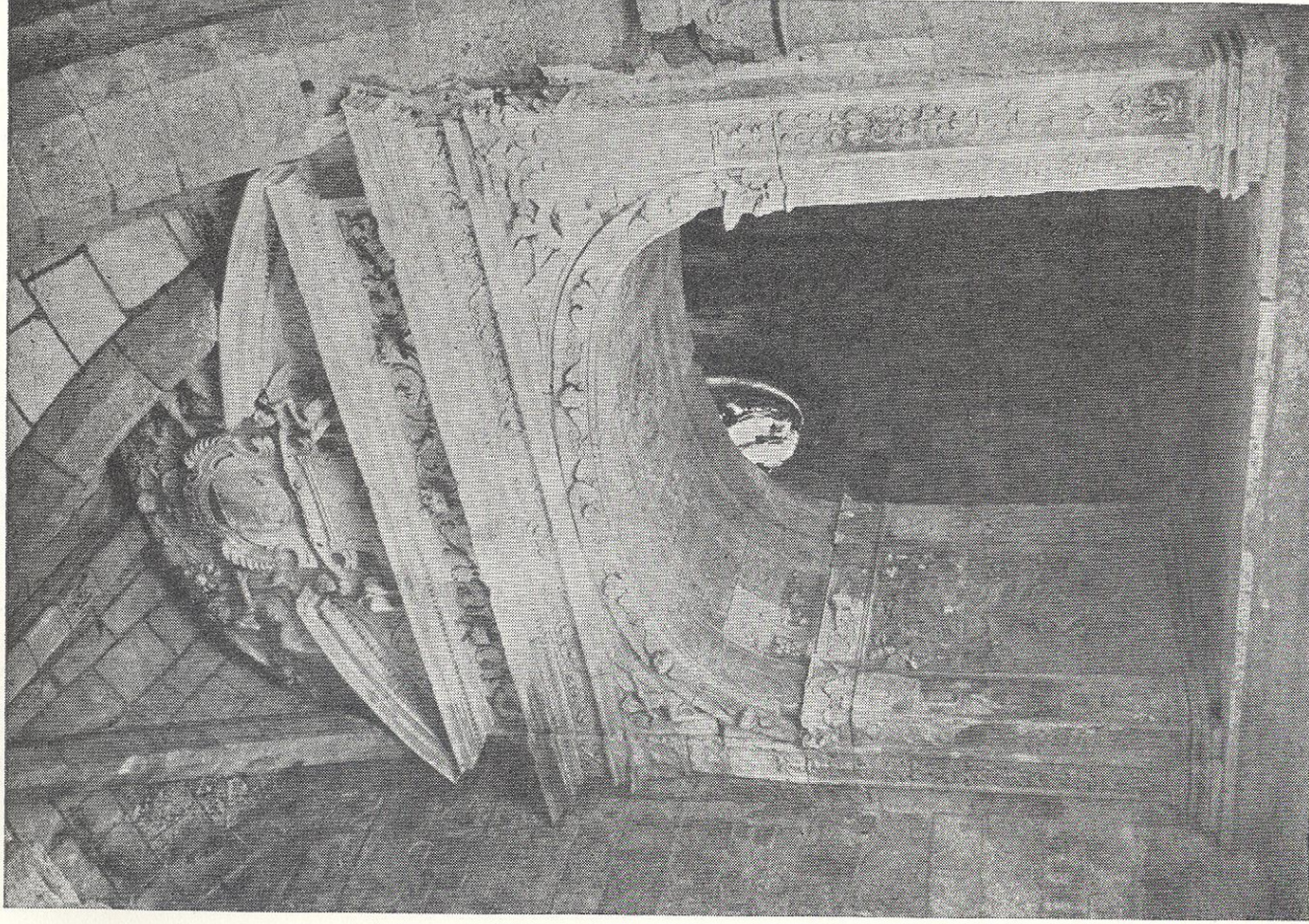
(37) J. M. de Queiroz Veloso, in Damião Peres, *História de Portugal*, vol. V, p. 219.

(38) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 89a.

(39) Coelho Gasco, *ob. cit.*, p. 140.

(40) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 89ab, e *Distrito de Coimbra*, p. 121b; Simões de Castro no *Guia Histórico* diz que a provisão data de 5 de Abril de 1610.

(41) Coelho Gasco, *ob. cit.*, p. 140. →



Arco Tumular destinado ao sarcófago de prata da Rainha Santa Isabel, no convento de Santa Clara-a-Antiga.

- (42) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, Tomo II, p. 607.
 (43) Martins de Carvalho, *O Conimbricense*, n.º 1325, 9 de Outubro de 1866.
 (44) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 90b; Simões de Castro, *Guia Histórico*, p. 228.
 (45) J. C. Ayres de Campos, *Índice Cronológico dos Pergaminhos e Forais existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra*, fasc. 3, ps. 316/318, *Livro de Receita e Despesa da Ponte de Coimbra. Auto de Avaliação do que ficara do velho Convento de S. Francisco*, 7 de Outubro de 1610; M. L. Almeida, *Artes e Offícios em Documentos da Universidade, 1630/1650*, vol. III, ps. 51, 55, 58, 60, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 72, 74, 75, 77 e 78. *Idem Acordãos do Cabido de Coimbra 1580/1640*, ps. 191, 275/276 e 321.
 (46) Martins de Carvalho, *ob. cit.*
 (47) Jayme Constantino de Freitas Moniz, *Corpo Diplomático Português*, Tomo XII, ps. 115/116.

- (48) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, Tomo II, p. 606.
 (49) Coelho Gasco, *Conquistista, Antiguidade, e Nobreza... de Coimbra*, p. 143.
 (50) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, T. I, p. 31.
 (51) D. Fr. Nicolau de Santa Maria, *Crónica da Ordem dos Congegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, Segunda Parte, Cap. XXXIV.
 (52) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 138b.
 (53) Simões de Castro, *ob. cit.*, p. 132.
 (54) Martins de Carvalho, *O Conimbricense*, n.º 2019, 27 de Novembro de 1866.
 (55) A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal — Cidade de Coimbra*, p. 84b.
 (56) Martins de Carvalho, *ob. cit.*
 (57) Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, Tomo II, ps. 606/607.
 (58) Simões de Castro, *ob. cit.*, ps. 87/88; Coelho Gasco, *ob. cit.*, ps. 139/140. ●